



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



421) Sobre as Forças Armadas aponte a alternativa incorreta.

- a) São constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.
- b) são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina.
- c) tem autoridade suprema do Presidente da República.
- d) destinam-se à defesa da Pátria, á garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem.
- e) em relação à punições disciplinares militares caberá Habeas Corpus a ser julgado no Superior Tribunal Militar.

RESPOSTA: “e”, de acordo com o artigo 142, §2º, da CF não cabe Habeas Corpus em tais punições.

422) Sobre os militares das Forças Armadas aponte a assertiva correta.

- a) o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, exceto se houver compatibilidade de cargos, nos termos desta Constituição.
- b) ao militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.
- c) ao militar é proibida a greve, mas não a sindicalização.
- d) o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos ou a pena de multa, por sentença transitada em julgado, será considerado indigno do oficialato ou com ele incompatível e perderá o posto e a patente.

RESPOSTA: “b”, conforme artigo 142, §3º, V, da CF.

423) Ainda em relação à Forças Armadas e aos Militares aponte a assertiva incorreta

- a) o serviço militar é obrigatório nos termos da lei.
- b) as mulheres e os eclesiásticos ficam obrigados ao serviço militar obrigatório em tempo de paz.
- c) as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados.
- d) a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

RESPOSTA: “b”, pois está em desacordo com o disposto no artigo 143, §2º, da CF.

424) Sobre a segurança pública aponte a alternativa incorreta

- a) é dever do Estado.
- b) é direito e responsabilidade de todos.
- c) é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- d) é exercida pelas Guardas Civis Metropolitanas.

RESPOSTA: “d”, pois tal instituição não está prevista no rol do artigo 144, sendo que, de acordo com o parágrafo 8º deste artigo a Constituição autoriza os Municípios constituírem as Guardas Civis ou Municipais para proteger seus bens, serviços e instalações e, não cuidar da ordem pública e da incolumidade das pessoas.

425) O artigo 144, da CF menciona quais órgãos cuidam da segurança pública. Diante disso aponte a alternativa incorreta

- a) policia federal.
- b) policia ferroviária federal
- c) policia rodoviária federal
- d) policias civis e militares e corpos de bombeiros militares.
- e) guarda costeira

RESPOSTA: “e”, tal instituição não consta em nenhum dispositivo da Constituição.

426) Sobre a Policia Federal aponte a alternativa incorreta

- a) é instituída por lei como órgão permanente.
- b) é organizado e mantido pela União.
- c) é estruturado em carreira.
- d) destina-se a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- e) destina-se a exercer as funções de polícia judiciária da União em conjunto com outros órgãos.

RESPOSTA: “e”, pois está em desacordo com o artigo 144, §1º, IV, da CF, o qual afirma que a Polícia Federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

427) Aponte a alternativa incorreta

- a) a polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- b) a polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais e estaduais.
- c) às policiais civis, dirigidas por delegado de polícia de carreira, incumbem, ressalvadas a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- d) às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- e) as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

RESPOSTA: “b”, segundo prevê o artigo 144, § 3º, da CF, a polícia ferroviária federal patrulha ferrovias federais somente.

428) Assinale a alternativa incorreta

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria.
- b) sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- c) as taxas poderão ter base de cálculo própria dos impostos.
- d) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no artigo 150, I e III.

RESPOSTA: “c”, pois discorda do artigo 145, §2º, da CF.

429) Aponte a assertiva correta

- a) a União, mediante lei, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência e, para no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado que não poderá cobrá-lo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que instituiu o empréstimo compulsório.
- b) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é permitido á União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- c) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado á União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- d) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é permitido á União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado a vedação de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro.

RESPOSTA: “c”, pois está em conformidade com o artigo 150, II, da CF, tratando-se do princípio da isonomia.

430) O artigo 150 da CF nos traz as limitações ao poder de tributar. Diante tal notícia aponte a alternativa incorreta

- a) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco.
- b) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- c) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- d) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto; do patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- e) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

RESPOSTA: “c”, tal restrição está em desacordo com o artigo 150, VI, pois tal limitação ao poder de tributar é para impostos e não para tributos.